

■ **Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões**

RECURSO :

RAZÕES RECURSAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA PE Nº. 11/2023

Pelo presente instrumento, a empresa PRINCESS SOLUÇÕES EM SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº 49.935.709/0001-78, por intermédio da sua representante legal a senhora Maria Alice Andrade Massoni, CPF Nº. 045.345.047-48 conforme item 13 do edital apresentamos aqui as razões recursais contra os atos realizados no Pregão Eletrônico Nº. 011/2023.

DOS FATOS:

No dia 07 de dezembro do corrente ano, foi aberto o Pregão Eletrônico Nº. 11/2023, contratação de empresa especializada em comunicação visual, incluindo todos os materiais para sua execução e instalação, pelo período de 12 (doze) meses, tratando-se de um certame de menor preço por Grupo e menor preço item.

Na fase de análise das propostas de preços apresentadas, a licitante PRINCESS SOLUÇÕES EM SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA foi desclassificada para os itens e grupos em que apresentou sua proposta de preços.

O pregoeiro informou através do chat mensagem o seguinte motivo para a desclassificação: Proposta não atende a todos os requisitos do termo de referência (anexo I), desclassificada conforme item 9.2 c/c ao item 2.4 do edital e art. 28 do decreto 10.024/2019.
Decreto 10.024/2019:

Art. 28. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

Parágrafo único. A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

A Desclassificação da Licitante PRINCESS SOLUÇÕES EM SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA foi uma decisão errônea, tomada sob a luz do excesso de rigor e formalismo, uma vez que a Proposta de Preços apresentada, cadastrada e inserida na plataforma do comprasgov foi elaborada com base no descritivo constante do Anexo III do Edital do Pregão Eletrônico Nº. 11/2023, ou seja, foi elaborada com base em documento constante do Edital do Pregão em que se desejava participar e sagrar-se vencedor, obedecendo assim ao princípio da vinculação ao edital.

Imagem 1: Anexo III ao Edital Pregão Eletrônico Nº. 11/2023

Imagem 2: Proposta de Preços apresentada pela empresa Princess Soluções.

Diante das imagens dos documentos aqui apresentados, documentos estes devidamente inseridos no portal de compras comprasgov.br, percebemos que a descrição/especificação dos itens é exatamente a mesma especificação constante do Anexo III, documento pertencente ao Edital, ao Instrumento Convocatório do Pregão Eletrônico Nº. 11/2023.

À proposta apresentada cabe o pensamento de ser uma proposta incorreta. Outrossim, vícios e incorreções em

Propostas de Preços e Planilhas de Custos são já passivamente vistos como sanáveis. O que significa que o Pregoeiro poderia assim manter a licitante recorrente na competição, primando assim pelo princípio da competitividade e ampliando o número de concorrentes para os grupos e lotes, o que só, e somente só, beneficia a Administração Pública, reduzindo os custos da contratação e beneficiando o erário. E solicitar a descrição completa do itens ou exatamente igual a constante do Anexo em que o Pregoeiro entender ser o mais cabível, o mais completo, ou a melhor descrição.

Não haveria em hipótese alguma a necessidade de desclassificação, o que ocorreu também com outras empresas, em uma quantidade significativa, não só com esta recorrente, ferindo assim, de forma abrupta, a ampla concorrência, e os princípios da competitividade e da economicidade, por excesso de formalismo. Vejamos o que relata a jurisprudência e Acórdãos:

Com base na jurisprudência e em precedentes administrativos predominantes é descabida a inabilitação (documental) ou desclassificação (da proposta) por excesso de formalismo. Apesar do princípio de vinculação ao edital, falhas sanáveis não devem acarretar a desclassificação de propostas ou a inabilitação de licitantes. Porquanto, o pregoeiro, no interesse da Administração, deve relevar falhas meramente formais constantes da documentação e proposta. Ademais, se for necessário, é facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, conforme o § 3º do Art. 43 da Lei Nº 8.666/93.

JURISPRUDÊNCIA TCU

"No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados." (TCU – Acórdão 357/2015-Plenário)

"Rigor formal no exame das propostas dos licitantes não pode ser exagerado ou absoluto, sob pena de desclassificação de propostas mais vantajosas, devendo as simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes, serem sanadas mediante diligências." (TCU – Acórdão 2302/2012-Plenário)

"O disposto no caput do art. 41 da Lei 8.666/1993, que proíbe a Administração de descumprir as normas e o edital, deve ser aplicado mediante a consideração dos princípios basilares que norteiam o procedimento licitatório, dentre eles o da seleção da proposta mais vantajosa." (Acórdão 8482/2013-1ª Câmara)

Planilha – Erros materiais – Desclassificação – Excesso de formalismo – Diligência – TJ/PR

O TJ/PR, em apelação cível, julgou a desclassificação de licitante vencedora por apresentar planilha de formação de preços com inconsistências. Segundo o julgador, "as incorreções demonstradas na planilha de preços apresentada não importaram na majoração do preço ofertado ou na inexistência de irregularidades da proposta". Nesse sentido, "tratam-se de meros erros formais e materiais que podem ser corrigidos sem comprometer a vantajosidade e aceitabilidade da proposta". Assim, "desclassificar a proposta por tal fundamento representaria formalismo exacerbado ao certame, implicando em violação à proporcionalidade, competitividade do certame e ao princípio da escolha da proposta mais vantajosa à Administração Pública". (Grifamos.) (TJ/PR, Apelação Cível nº 0001220-57.2022.8.16.0158, Rel. Des. Marcelo Wallbach Silva, j. em 20.06.2023.)

O formalismo moderado estabelece: se a empresa consegue alcançar o objetivo, consegue demonstrar que é capaz de atender a demanda, não há motivos para ser excluída da licitação apenas porque a forma como apresentou seus documentos estão em dissonância ao exigido no edital (desde que haja segurança).

O excesso de formalismo é presente naquelas desclassificações ou inabilitações por erros mínimos que não afetam o julgamento ou, obscuridades que podem ser sanadas sem infringir o tratamento igualitário entre as licitantes. Fato ocorrido no certame conduzido pelo Prefeitura Municipal de Saquarema Pregão Eletrônico Nº. 11/2023.

Vale lembrar que a Administração Pública tem o poder/dever de provocar a diligência para sanar quaisquer obscuridades que sobrevenham. Mais uma vez utilizo-me dos ensinamentos do festejado autor Marçal Justen Filho, que dessa vez nos explica:

[...] não existe uma competência discricionária para escolher entre realizar ou não a diligência. Se os documentos apresentados pelo particular ou as informações neles contidas envolverem pontos obscuros – apurados de ofício pela Comissão ou por provocação de interessados -, a realização de diligências será obrigatória.

A proposta do formalismo moderado é justamente acabar com as inabilitações/desclassificações por motivos rasos, por erros ínfimos e insignificantes, isso tem por objetivo resguardar a própria finalidade da licitação, entretanto, de forma alguma quer dizer que a Administração irá se desvincular de seu instrumento convocatório, apenas que deve haver uma visão mais razoável, evitando que seu julgamento provoque uma contratação mais onerosa.

O disposto no caput do art. 41 da Lei 8.666/1993, que proíbe a Administração de descumprir as normas e o edital, deve ser aplicado mediante a consideração dos princípios basilares que norteiam o procedimento licitatório, dentre eles o da seleção da proposta mais vantajosa. (Acórdão 8482/2013-1ª Câmara).

Na mesma seara podemos citar a decisão do Mando de Segurança (1ª Seção: MS nº 5.869/DF, rel. Ministra LAURITA VAZ):

MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PROPOSTA TÉCNICA. INABILITAÇÃO. ARGÜIÇÃO DE FALTA DE ASSINATURA NO LOCAL PREDETERMINADO. ATO ILEGAL. EXCESSO DE FORMALISMO. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE.

1. A interpretação dos termos do Edital não pode conduzir a atos que acabem por malferir a própria finalidade do procedimento licitatório, restringindo o número de concorrentes e prejudicando a escolha da melhor proposta.
2. O ato coator foi desproporcional e desarrazoado, mormente tendo em conta que não houve falta de assinatura, pura e simples, mas assinaturas e rubricas fora do local preestabelecido, o que não é suficiente para invalidar a proposta, evidenciando claro excesso de formalismo. Precedentes.

3. Segurança concedida. (Grifo não original).

Para tanto, deve haver um sopesamento entre os princípios, uma análise crítica, verificando se o documento dispõe da segurança jurídica necessária e se é capaz de atender aos seus objetivos independentemente da forma como é apresentado, aplicando ao caso concreto a decisão que melhor se adeque aos objetivos da licitação, utilizando do instituto da diligência quando for necessário e garantindo a seleção da proposta mais vantajosa sem malferir o princípio da igualdade.

O excesso de formalismo pode por vezes ser encarado como dano ao erário, o que pode vir a acarretar inclusive responsabilidade ao agente autor da decisão. Em outros casos provoca a nulidade dos atos fazendo retornar às fases anteriores. Observamos do Acórdão n. 1924/2011 (Plenário) do Tribunal de Contas da União:

Enunciado: Constitui-se excesso de rigor a desclassificação de licitantes por conta de erro formal na apresentação da proposta e da documentação exigida.

[...]

9.4.1 tornar nulos os atos administrativos que inabilitaram as empresas concorrentes no âmbito do Pregão Eletrônico nº 26/2010, bem como todos os atos deles decorrentes, os quais desclassificaram suas propostas, bem como os que homologaram o certame e adjudicaram o objeto, retornando a avença à fase de habilitação;

Desta forma, diante do aqui exposto e dos argumentos trazidos nessa peça, solicitamos a ANULAÇÃO do Pregão Eletrônico Nº. 11/2023, tendo vista que não há possibilidade de retorno das fases até a fase de análise das propostas, restando somente a possibilidade de Anular o certame e publicar um novo edital para que nesse novo certame, caso ocorra a necessidade, o Pregoeiro possa abrir diligência após a fase de lances sem desclassificação de concorrentes, somente por estar com a descrição incompleta do item, mas de acordo com o Anexo III do Edital em questão.

Voltar

Fechar



PROCESSO Nº 15.398/2023

FLS. _____ RUBRICA _____

ANÁLISE DE RECURSO ADMINISTRATIVO

Recorrente: PRINCESS SOLUÇÕES EM SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA

Referente ao Processo nº 15.398/2023

Pregão Eletrônico nº 011/2023

Trata-se de **RECURSO** contra ao **Edital do Pregão Eletrônico nº 011/2023**, interposto pela empresa **PRINCESS SOLUÇÕES EM SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº 49.935.709/0001-78, com sede na Rua Osvaldo Campos, nº 639, Loja 3, Rio do Limão, Araruama-RJ, CEP: 28981-295 neste ato representado por seu representante legal a Senhora Maria Alice Andrade Massoni, CPF nº 045.345.047-48.

I. DA ADMISSIBILIDADE DO PEDIDO

A previsão legal do instituto do recurso em processo licitatório, apoiar-se na Lei nº 10.520/2002, Art. 4, inciso XVIII, conforme os excertos seguintes:

Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

I (...)

XVIII – declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos:

II. TEMPESTIVIDADE

A data de abertura da sessão pública do certame, no Portal de Compras Públicas, foi marcada originalmente para ocorrer em 07/12/2023, conforme extrato publicado no



PROCESSO Nº 15.398/2023

FLS. _____ RUBRICA _____

Diário Oficial do Município, no dia 24/11/2023 encerrando-se na mesma data. Assim, assistindo ao item 13 e subitens do instrumento convocatório, foi aberto prazo para manifestação de intenção de recursos de 30 (trinta) minutos e de 03 (três) dias úteis para manifestação de memorial de razões, conforme a condição decadente de lastro temporal, estabelecida na Lei 10.520/2023 em exame foi enteposto tempestivamente de forma motivada em sistema. A intenção foi aceita em conformidade aos arts. 5º, inciso LV, da Constituição Federal; 4º, inciso XVIII, da Lei 10.520/2002; e 44, § 1º, do Decreto 10.024/2019.

III. DA ANÁLISE

Trata-se do processo administrativo nº 15.398/2023 referente ao pregão eletrônico para registro de preços para eventual contratação de empresa especializada em comunicação visual, incluindo todos os materiais para sua execução e instalação, pelo período de 12 (doze) meses nas condições estabelecidas pelo Edital e no Termo de Referência.

I - DA ALEGAÇÃO DE INEXEQUIBILIDADE

A Recorrente alega em fase de recurso que:

“DOS FATOS: No dia 07 de dezembro do corrente ano, foi aberto o Pregão Eletrônico Nº. 11/2023, contratação de empresa especializada em comunicação visual, incluindo todos os materiais para sua execução e instalação, pelo período de 12 (doze) meses, tratando-se de um certame de menor preço por Grupo e menor preço item. Na fase de análise das propostas de preços apresentadas, a licitante PRINCESS SOLUÇÕES EM SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA foi desclassificada para os itens e grupos em que apresentou sua proposta de preços.

O pregoeiro informou através do chat mensagem o seguinte motivo para a desclassificação: Proposta não atende a todos os requisitos do termo de referência (anexo I), desclassificada conforme item 9.2 c/c ao item 2.4 do edital e art. 28 do decreto 10.024/2019. Decreto 10.024/2019: Art. 28. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital. Parágrafo único. A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os



PROCESSO Nº 15.398/2023

FLS. _____ RUBRICA _____

participantes. A Desclassificação da Licitante PRINCESS SOLUÇÕES EM SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA foi uma decisão errônea, tomada sob a luz do excesso de rigor e formalismo, uma vez que a Proposta de Preços apresentada, cadastrada e inserida na plataforma do comprasgov foi elaborada com base no descritivo constante do Anexo III do Edital do Pregão Eletrônico Nº. 11/2023, ou seja, foi elaborada com base em documento constante do Edital do Pregão em que se desejava participar e sagrar-se vencedor, obedecendo assim ao princípio da vinculação ao edital. Imagem 1: Anexo III ao Edital Pregão Eletrônico Nº. 11/2023 Imagem 2: Proposta de Preços apresentada pela empresa Princess Soluções. Diante das imagens dos documentos aqui apresentados, documentos estes devidamente inseridos no portal de compras comprasgov.br, percebemos que a descrição/especificação dos itens é exatamente a mesma especificação constante do Anexo III, documento pertencente ao Edital, ao Instrumento Convocatório do Pregão Eletrônico Nº. 11/2023. À proposta apresentada cabe o pensamento de ser uma proposta incorreta. Outrossim, vícios e incorreções em Propostas de Preços e Planilhas de Custos são já passivamente vistos como sanáveis. O que significa que o Pregoeiro poderia assim manter a licitante recorrente na competição, primando assim pelo princípio da competitividade e ampliando o número de concorrentes para os grupos e lotes, o que só, e somente só, beneficia a Administração Pública, reduzindo os custos da contratação e beneficiando o erário. E solicitar a descrição completa do itens ou exatamente igual a constante do Anexo em que o Pregoeiro entender ser o mais cabível, o mais completo, ou a melhor descrição. Não haveria em hipótese alguma a necessidade de desclassificação, o que ocorreu também com outras empresas, em uma quantidade significativa, não só com esta recorrente, ferindo assim, de forma abrupta, a ampla concorrência, e os princípios da competitividade e da economicidade, por excesso de formalismo. Vejamos o que relata a jurisprudência e Acórdãos: Com base na jurisprudência e em precedentes administrativos predominantes é descabida a inabilitação (documental) ou desclassificação (da proposta) por excesso de formalismo. Apesar do princípio de vinculação ao edital, falhas sanáveis não devem acarretar a desclassificação de propostas ou a inabilitação de licitantes. Porquanto, o pregoeiro, no interesse da Administração, deve relevar falhas meramente formais constantes da documentação e proposta. Ademais, se for necessário, é facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, conforme o § 3º do Art. 43 da Lei Nº 8.666/93. JURISPRUDÊNCIA TCU "No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a



PROCESSO Nº 15.398/2023

FLS. _____ RUBRICA _____

prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados.” (TCU – Acórdão 357/2015-Plenário) “Rigor formal no exame das propostas dos licitantes não pode ser exagerado ou absoluto, sob pena de desclassificação de propostas mais vantajosas, devendo as simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes, serem sanadas mediante diligências.” (TCU – Acórdão 2302/2012-Plenário) “O disposto no caput do art. 41 da Lei 8.666/1993, que proíbe a Administração de descumprir as normas e o edital, deve ser aplicado mediante a consideração dos princípios basilares que norteiam o procedimento licitatório, dentre eles o da seleção da proposta mais vantajosa.” (Acórdão 8482/2013-1ª Câmara) Planilha – Erros materiais – Desclassificação – Excesso de formalismo – Diligência – TJ/PR O TJ/PR, em apelação cível, julgou a desclassificação de licitante vencedora por apresentar planilha de formação de preços com inconsistências. Segundo o julgador, “as incorreções demonstradas na planilha de preços apresentada não importaram na majoração do preço ofertado ou na inexecuibilidade da proposta”. Nesse sentido, “tratam-se de meros erros formais e materiais que podem ser corrigidos sem comprometer a vantajosidade e aceitabilidade da proposta”. Assim, “desclassificar a proposta por tal fundamento representaria formalismo exacerbado ao certame, implicando em violação à proporcionalidade, competitividade do certame e ao princípio da escolha da proposta mais vantajosa à Administração Pública”. (Grifamos.) (TJ/PR, Apelação Cível nº 0001220-57.2022.8.16.0158, Rel. Des. Marcelo Wallbach Silva, j. em 20.06.2023.) O formalismo moderado estabelece: se a empresa consegue alcançar o objetivo, consegue demonstrar que é capaz de atender a demanda, não há motivos para ser excluída da licitação apenas porque a forma como apresentou seus documentos estão em dissonância ao exigido no edital (desde que haja segurança). O excesso de formalismo é presente naquelas desclassificações ou inabilitações por erros mínimos que não afetam o julgamento ou, obscuridades que podem ser sanadas sem infringir o tratamento igualitário entre as licitantes. Fato ocorrido no certame conduzido pelo Prefeitura Municipal de Saquarema Pregão Eletrônico Nº. 11/2023. Vale lembrar que a Administração Pública tem o poder/dever de provocar a diligência para sanar quaisquer obscuridades que sobrevenham. Mais uma vez utilizo-me dos ensinamentos do festejado autor Marçal Justen Filho, que dessa vez nos explica: [...] não existe uma competência discricionária para escolher entre realizar ou não a diligência. Se os documentos apresentados pelo particular ou as informações neles contidas envolverem pontos obscuros – apurados de ofício pela Comissão ou por provocação de interessados -, a realização de diligências será obrigatória. A proposta do formalismo moderado é



PROCESSO Nº 15.398/2023

FLS. _____ RUBRICA _____

justamente acabar com as inabilitações/desclassificações por motivos rasos, por erros ínfimos e insignificantes, isso tem por objetivo resguardar a própria finalidade da licitação, entretanto, de forma alguma quer dizer que a Administração irá se desvincular de seu instrumento convocatório, apenas que deve haver uma visão mais razoável, evitando que seu julgamento provoque uma contratação mais onerosa. O disposto no caput do art. 41 da Lei 8.666/1993, que proíbe a Administração de descumprir as normas e o edital, deve ser aplicado mediante a consideração dos princípios basilares que norteiam o procedimento licitatório, dentre eles o da seleção da proposta mais vantajosa. (Acórdão 8482/2013-1ª Câmara). Na mesma seara podemos citar a decisão do Mando de Segurança (1ª Seção: MS nº 5.869/DF, rel. Ministra LAURITA VAZ): MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PROPOSTA TÉCNICA. INABILITAÇÃO. ARGÜIÇÃO DE FALTA DE ASSINATURA NO LOCAL PREDETERMINADO. ATO ILEGAL. EXCESSO DE FORMALISMO. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. 1. A interpretação dos termos do Edital não pode conduzir a atos que acabem por malferir a própria finalidade do procedimento licitatório, restringindo o número de concorrentes e prejudicando a escolha da melhor proposta. 2. O ato coator foi desproporcional e desarrazoado, mormente tendo em conta que não houve falta de assinatura, pura e simples, mas assinaturas e rubricas fora do local preestabelecido, o que não é suficiente para invalidar a proposta, evidenciando claro excesso de formalismo. Precedentes. 3. Segurança concedida. (Grifo não original). Para tanto, deve haver um sopesamento entre os princípios, uma análise crítica, verificando se o documento dispõe da segurança jurídica necessária e se é capaz de atender aos seus objetivos independentemente da forma como é apresentado, aplicando ao caso concreto a decisão que melhor se adegue aos objetivos da licitação, utilizando do instituto da diligência quando for necessário e garantindo a seleção da proposta mais vantajosa sem malferir o princípio da igualdade. O excesso de formalismo pode por vezes ser encarado como dano ao erário, o que pode vir a acarretar inclusive responsabilidade ao agente autor da decisão. Em outros casos provoca a nulidade dos atos fazendo retornar às fases anteriores. Observamos do Acórdão n. 1924/2011 (Plenário) do Tribunal de Contas da União: Enunciado: Constitui-se excesso de rigor a desclassificação de licitantes por conta de erro formal na apresentação da proposta e da documentação exigida. [...] 9.4.1 tornar nulos os atos administrativos que inabilitaram as empresas concorrentes no âmbito do Pregão Eletrônico nº 26/2010, bem como todos os atos deles decorrentes, os quais desclassificaram suas propostas, bem como os que homologaram o certame e adjudicaram o objeto, retornando a avença à fase de habilitação;

Desta forma, diante do aqui exposto e dos argumentos trazidos nessa peça, solicitamos a ANULAÇÃO do Pregão Eletrônico Nº. 11/2023, tendo vista que não há possibilidade



PROCESSO Nº 15.398/2023

FLS. _____ RUBRICA _____

de retorno das fases até a fase de análise das propostas, restando somente a possibilidade de Anular o certame e publicar um novo edital para que nesse novo certame, caso ocorra a necessidade, o Pregoeiro possa abrir diligência após a fase de lances sem desclassificação de concorrentes, somente por estar com a descrição incompleta do item, mas de acordo com o Anexo III do Edital em questão.”

Resposta ao Recorrente:

Licitação é o processo por meio do qual a Administração Pública contrata bens ou serviços, e eterniza suas necessidades de contratar através da fase externa, sendo a mesma reconhecida pela publicação do Edital de Licitação. A Administração Pública Municipal se pauta nos princípios administrativos reconhecidos pelo legislador que são: a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, e com base nesses princípios foi elaborado o processo administrativo que deu origem ao pregão eletrônico nº 011/2023.

Inicialmente trago o que dispõe o Edital nº 011/2023:

2. OBJETO

2.4 Havendo qualquer discordância na especificação entre o código do CATMAT/CATSER e a do Termo de Referência, prevalecerá a do Termo de Referência.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:

[...]

9.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência. (grifei)



PROCESSO Nº 15.398/2023

FLS. _____ RUBRICA _____

Origem do princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório está disciplinado nos artigos 3º, 41 e 55, XI, da Lei nº 8.666/1993, que rege o procedimento licitatório, vejamos:

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

[...]

XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;”.

Neste sentido, dentre as principais garantias que cercam o processo licitatório (princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, isonomia, publicidade e eficiência), pode-se destacar a vinculação da Administração ao edital que regulamenta o certame.

Trata-se de uma segurança para o licitante e para o interesse público, extraída do princípio do procedimento formal, que determina à Administração que observe as regras por ela próprias lançadas no instrumento que convoca e rege a licitação. Em outras palavras, dizemos que: **“nada poderá ser criado ou feito sem que haja previsão no ato convocatório.”**

9



PROCESSO Nº 15.398/2023

FLS. _____ RUBRICA _____

Dito isto, pode se dizer, sob um certo ângulo, que o edital é o fundamento de validade dos atos praticados no curso da licitação, na acepção de que a desconformidade entre o edital e os atos administrativos praticados no curso da licitação se resolve pela invalidade deste últimos

Como bem destaca FERNANDA MARINELA, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório leva à assertiva de que o edital é a lei interna da licitação:

“Como princípio específico da licitação, tem-se a vinculação ao instrumento convocatório. O instrumento, em regra, é o edital que deve definir tudo que é importante para o certame, não podendo o Administrador exigir nem mais nem menos do que está previsto nele. Por essa razão, é que a doutrina diz que o edital é lei interna da licitação, ficando a ele estritamente vinculada, conforme previsto no art. 41 da lei.”

Contudo, conclui-se que a Administração Pública, no curso do processo de licitação, não pode se afastar das regras por ela mesma estabelecidas no instrumento convocatório, pois, para garantir segurança e estabilidade às relações jurídicas decorrentes do certame licitatório, bem como para se assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes, é necessário observar estritamente as disposições constantes do edital ou instrumento congênere

Cabe esclarecer que após abertura da sessão, é iniciado para o Pregoeiro a Fase de Análise de Propostas, fase a qual o recorrente foi desclassificado por NÃO ATENDER integralmente as regras do Edital, no que tange ao cadastramento de sua proposta sem obedecer ao que dispõe a especificação do Termo de Referência Anexo I do Edital nº 011/2023.

Especificação do Termo de Referência:

LOTE 1

ITEM	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	U.M	QUANT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
------	--------	---------------	-----	-------	-------------	-------------



PROCESSO Nº 15.398/2023

FLS. _____ RUBRICA _____

1	22519	Adesivos para impressão digital em vinil perfurado branco + GREEN (livre solvente), 0,10mm, película cast de alto desempenho, impressão digital 4/0 com alta qualidade, mínimo 1440 DPI.	M ²	500	R\$	R\$
2	22519	Adesivo de vinil para plotagem , 0,10 mm, resistência específica para plotagem, com impressão 4/0 de alta qualidade, mínimo 2882 DPI, corte digital ou eletrônico com máscara de transferência.	M ²	600	R\$	R\$
3	22519	Adesivos em vinil 0,10mm, corte digital, película cast de alto desempenho, impressão digital 4/0, mínimo de 1440 DPI.	M ²	400	R\$	R\$
4	22519	Adesivo jateado em vinil de PVC texturizado, 0,8mm espessura, corte reto ou eletrônico ou tipo persiana.		400	R\$	R\$
5	22519	Placa em acrílico transparente, com espessura 3 mm, cor sólida ou translúcida, fixação com fitas de espuma acrílica de alta resistência de dupla face ou fixador em aço inox.	M ²	1000	R\$	R\$
6	22519	Placa em PVC expandido adesivada com espessura 2 mm , adesivo em vinil 0,10mm, impressão digital de alta qualidade mínima de 1440 DPI, fixação da placa com fitas de espuma acrílica de alta resistência de dupla face. Acabamento: corte reto/cantos redondos/corte especial.	M ²	1000	R\$	R\$
7	22519	Placa em PVC expandido, com espessura mínima de 15 mm , fixação com fitas de espuma acrílica de alta resistência de dupla face ou cola PU. Acabamento: corte reto/cantos redondos/corte especial, com ou sem pintura em PU automotiva.	M ²	500	R\$	R\$



PROCESSO Nº 15.398/2023

FLS. _____ RUBRICA _____

8	22519	Placa em ACM, espessura de 3 mm, durabilidade de acabamento externo com garantia mínima de 3 anos, fixação com fitas de espuma acrílica de alta resistência e dupla face e/ou parafusos auto brocante e rejunte em silicone. Acabamento: corte reto/cantos redondos/corte especial, com ou sem pintura em poliéster.	M ²	1000	R\$	R\$
9	22519	Placa em ACM, espessura de 3 mm, durabilidade de acabamento externo com garantia mínima de 3 anos, fixação em estrutura de Metalon , 20×20, 30×20, 30×30, enterrado no chão ou fixado na parede, Acabamento: corte reto/cantos redondos/corte especial, com ou sem pintura em poliéster.	M ²	2000	R\$	R\$
10	22519	Letras em PVC expandido, confeccionadas a base de recorte a laser, espessura de acordo com o tamanho das letras, fixação a base de pinos central, orelhas com ou sem afastamento, base para colar com fita dupla face ou cola especial. Acabamento com ou sem pintura em PU automotiva.	M ²	1000	R\$	R\$
11	22519	Letras em aço polido inoxidável (qualidade 304) confeccionadas a base de recorte a laser, espessura de acordo com o tamanho das letras, fixação a base de pinos central, orelhas com ou sem afastamento, base para colar com fita dupla face ou cola especial. Acabamento com ou sem pintura em PU automotiva.	M ²	600	R\$	R\$

9



PROCESSO Nº 15.398/2023

FLS. _____ RUBRICA _____

12	22519	Letras em aço escovado inoxidável (qualidade 304) confeccionadas a base de recorte a laser, espessura de acordo com o tamanho das letras, fixação a base de pinos central, orelhas com ou sem afastamento, base para colar com fita dupla face ou cola especial. Acabamento com ou sem pintura em PU automotiva.	M ²	600	R\$	R\$
13	22519	Iluminação com tiras de módulos de led 2835 com 3 leds 0,73 watts por módulo frio 3000k, uso externo Ip65-h06 com fonte de alimentação de 12v 12a 150 watts.	M ²	100	R\$	R\$
TOTAL						R\$

LOTE 2

ITEM	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	U.M	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
14	22519	Impressão digital 4/0 em lona 440 g, com trama de 1000x1000, com impressão de alta qualidade de no mínimo 1440 DPI, com acabamento em ilhós de alumínio reforçado ou cantoneira ou tubetes e corda.	M ²	5000	R\$	R\$
15	22519	Impressão digital 4/0 em lona 440 g com trama de 1000x1000, com impressão de alta qualidade de 2880 DPI fixada em estrutura de Metalon, 20x20, 30x20, 30x30 mm, na parede ou chão, pintado com tinta anticorrosiva, com acabamento em ilhós de alumínio reforçado ou cantoneiras.	M ²	500	R\$	R\$



PROCESSO Nº 15.398/2023

FLS. _____ RUBRICA _____

TOTAL	R\$
-------	-----

LOTE 3

ITEM	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	U.M.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
16	22519	Impressão digital 4/0 em lona ortofônica 440 g, com trama de 1000x1000, com impressão de alta qualidade de no mínimo 1440 DPI, com acabamento em ilhós de alumínio reforçado.	M ²	400	R\$	R\$
TOTAL						R\$

LOTE 4

ITEM	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	U.M	QUANT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
17	22519	Placa em chapa galvanizada adesivada, bitola GSG 22, até 2,00m x 1,00m, com fixação em estrutura de Metalon , 20x20, 30x20, 30x30, enterrado no chão ou fixado na parede. Acabamento corte reto/cantos redondos. Adesivos para impressão digital em vinil branco refletivo, 0,10mm, película cast de alto desempenho, impressão digital 4/0 com alta qualidade, mínimo de 1440 DPI, corte reto ou cantos redondos.	M ²	300	R\$	R\$
TOTAL						R\$

9



PROCESSO Nº 15.398/2023

FLS. _____ RUBRICA _____

Especificações Apresentadas pelo Recorrente:

PRINCESS SOLUCOES EM SERVICOS E COMERCIO LTDA	Sim	Sim	500	R\$ 165,2500	R\$ 82.625,0000	07/12/2023 09:10:49
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Adesivos para impressão digital em vinil perfurado branco + green						
Porte da empresa: ME/EPP						

PRINCESS SOLUCOES EM SERVICOS E COMERCIO LTDA	Sim	Sim	600	R\$ 173,0000	R\$ 103.800,0000	07/12/2023 09:10:49
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Adesivo de vinil para plotagem, 0,10 mm, resistência específica para plotagem, com impressão 4/0 de alta qualidade						
Porte da empresa: ME/EPP						

PRINCESS SOLUCOES EM SERVICOS E COMERCIO LTDA	Sim	Sim	400	R\$ 149,5000	R\$ 59.800,0000	07/12/2023 09:10:49
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Adesivos em vinil 0,10mm, corte digital, película cast de alto desempenho, impressão digital 4/0						
Porte da empresa: ME/EPP						

PRINCESS SOLUCOES EM SERVICOS E COMERCIO LTDA	Sim	Sim	400	R\$ 141,5000	R\$ 56.600,0000	07/12/2023 09:10:49
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Adesivo jateado em vinil de pvc texturizado, 0,8mm espessura, corte reto ou eletrônico ou tipo persiana						
Porte da empresa: ME/EPP						

PRINCESS SOLUCOES EM SERVICOS E COMERCIO LTDA	Sim	Sim	1.000	R\$ 330,5000	R\$ 330.500,0000	07/12/2023 09:10:49
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Placa em acrílico transparente, com espessura 3 mm, cor sólida ou translúcida						
Porte da empresa: ME/EPP						

PRINCESS SOLUCOES EM SERVICOS E COMERCIO LTDA	Sim	Sim	1.000	R\$ 214,0000	R\$ 214.000,0000	07/12/2023 09:10:49
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Placa em pvc expandido adesivada com espessura 2 mm, adesivo em vinil 0,10mm, impressão digital de alta qualidade						
Porte da empresa: ME/EPP						

9



PROCESSO Nº 15.398/2023

FLS. _____ RUBRICA _____

PRINCESS SOLUCOES EM Sim Sim 500 R\$ 699,7500 R\$ 349.875,0000 07/12/2023
SERVICOS E COMERCIO 09:10:49
LTDA

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Placa em pvc expandido, com espessura mínima de 15 mm, fixação com fitas de espuma acrílica de alta resistência de dupla face ou cola pu
Porte da empresa: ME/EPP

PRINCESS SOLUCOES EM Sim Sim 1.000 R\$ 756,7500 R\$ 756.750,0000 07/12/2023
SERVICOS E COMERCIO LTDA 09:10:49

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Placa em acm, espessura de 3 mm, durabilidade de acabamento externo com garantia mínima de 3 anos
Porte da empresa: ME/EPP

PRINCESS SOLUCOES EM Sim Sim 2.000 R\$ 846,2500 R\$ 1.692.500,0000 07/12/2023 09:10:49
SERVICOS E COMERCIO LTDA

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Placa em acm, espessura de 3 mm, durabilidade de acabamento externo com garantia mínima de 3 anos
Porte da empresa: ME/EPP

PRINCESS SOLUCOES EM Sim Sim 1.000 R\$ 791,2500 R\$ 791.250,0000 07/12/2023
SERVICOS E COMERCIO 09:10:49
LTDA

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Letras em pvc expandido, confeccionadas a base de recorte a laser, espessura de acordo com o tamanho das letras
Porte da empresa: ME/EPP

PRINCESS SOLUCOES EM Sim Sim 600 R\$ 1.042,5000 R\$ 625.500,0000 07/12/2023
SERVICOS E COMERCIO 09:10:49
LTDA

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Letras em aço polido inoxidável (qualidade 304) confeccionadas a base de recorte a laser, espessura de acordo com o tamanho das letras
Porte da empresa: ME/EPP

PRINCESS SOLUCOES EM Sim Sim 600 R\$ 1.248,2500 R\$ 748.950,0000 07/12/2023
SERVICOS E COMERCIO 09:10:49
LTDA

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Letras em aço escovado inoxidável (qualidade 304) confeccionadas a base de recorte a laser, espessura de acordo com o tamanho das letras
Porte da empresa: ME/EPP

PRINCESS SOLUCOES EM Sim Sim 100 R\$ 248,0000 R\$ 24.800,0000 07/12/2023
SERVICOS E COMERCIO 09:10:49
LTDA

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Iluminação com tiras de módulos de led 2835 com 3 leds 0,73 watts por módulo frio 3000k, uso externo Ip65-h06 com fonte de alimentação de 12v 12a 150 watts
Porte da empresa: ME/EPP

9



PROCESSO Nº 15.398/2023

FLS. _____ RUBRICA _____

PRINCESS SOLUCOES EM SERVICOS E COMERCIO LTDA	Sim	Sim	5.000	R\$ 138,7500	R\$ 693.750,0000	07/12/2023 09:10:49
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Impressão digital 4/0 em lona 440 g, com trama de 1000x1000, com impressão de alta qualidade						
Porte da empresa: ME/EPP						

PRINCESS SOLUCOES EM SERVICOS E COMERCIO LTDA	Sim	Sim	500	R\$ 334,7500	R\$ 167.375,0000	07/12/2023 09:10:49
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Impressão digital 4/0 em lona 440 g com trama de 1000x1000, com impressão de alta qualidade						
Porte da empresa: ME/EPP						

PRINCESS SOLUCOES EM SERVICOS E COMERCIO LTDA	Sim	Sim	400	R\$ 156,7500	R\$ 62.700,0000	07/12/2023 09:10:50
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Impressão digital 4/0 em lona ortofônica 440 g, com trama de 1000x1000, com impressão de alta qualidade						
Porte da empresa: ME/EPP						

PRINCESS SOLUCOES EM SERVICOS E COMERCIO LTDA	Sim	Sim	300	R\$ 415,7500	R\$ 124.725,0000	07/12/2023 09:10:50
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Placa em chapa galvanizada adesivada, bitola gsg 22, até 2,00m x 1,00m, com fixação em estrutura de metalon						
Porte da empresa: ME/EPP						

Como pode-se observar as propostas apresentadas pelo Recorrente não atenderam ao que dispõe as regras do Edital nº 011/2023, ou seja, as especificações dos itens estão incorretas, faltando informações necessárias e que inclusive afetariam no valor final das propostas, motivo pelo qual o Pregoeiro desclassificou o licitante com fundamento no ITEM 2.4 c/c ITEM 9.2 c/c Art. 28 do Decreto Federal nº 10.024/2019, informação esta que pode ser confirmada na Ata do Pregão.

Diante dos fundamentos acima expostos não há que se falar em excesso de formalismo, haja vista, que é de fundamental importância o licitante ter conhecimento das regras do Edital, e conforme já mencionado acima o instrumento foi muito claro, quando dispõe sobre a necessidade de cadastrar a proposta de acordo com as especificações contidas no ANEXO I do Edital (*Item 2.4 c/c Item 9.2. do Edital*). Cabe lembrar ainda que em caso de ocorrência de eventual dúvida, poderia a empresa em prazo estabelecido no Edital apresentar pedido de esclarecimento ou até mesmo impugnação, fato esse registra-se que não ocorreu.



PROCESSO Nº 15.398/2023

FLS. _____ RUBRICA _____

Em conclusão, entendo que o presente recurso não merece prosperar, haja vistas as fundamentações acima apresentadas.

CONCLUSÃO

Em razão do acima exposto, recebo o recurso apresentado, dele tomo conhecimento, pois tempestivo e no mérito **nego-lhe provimento**.

Firmo que a impugnante **não assiste razão** em suas alegações, por não restar dúvidas quanto a regularidade dos atos praticados durante a condução do certame Pregão Eletrônico 011/2023.

Mantenho a decisão em recusar a proposta da licitante **PRINCESS SOLUÇÕES EM SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA** por não apresentar as características do termo de referência (anexo I) do edital

Dê ciência da decisão à licitante requerente e demais concorrentes e interessados na licitação.

Encaminhe para o setor jurídico do Município, para emissão de parecer, posteriormente à autoridade competente para ciência e decisão final relativa ao certame.

Saquarema, 18 de dezembro de 2023.


GUILHERME CASTRO, e Castro
Pregoeiro
Diretor Adjunto de Licitação
Mat. 8109